REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

SURDEZ NA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E VIDA ADULTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E NORMATIVA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DO DIREITO

DEAFNESS IN CHILDHOOD, ADOLESCENCE, AND ADULTHOOD: A LITERATURE AND LEGAL REVIEW FROM THE PERSPECTIVE OF EDUCATION, TEACHING, AND LAW

Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas •

23/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795287484

Ana Paula Santos da Silva[1]

Rosa Betânia Rodrigues de Castro[2]

Eleusa Maria Ferreira Rocha[3]

Maria Vanessa Santos da Silva[4]

Alexandre Bonifácio Campos[5]

Luciana Silva Maciel[6]

Marcilio Alves de Souza Filho[7]

RESUMO

O estudo tem como tema o processo educativo de surdos na infância, adolescência e vida adulta e o direito à educação que o ampara. O objetivo geral foi analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, as produções científicas que abordam a surdez na infância, adolescência e vida adulta, sob a perspectiva da educação e do ensino, e examinar o marco normativo brasileiro que garante a educação das pessoas surdas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, complementada por análise documental da legislação. O estudo evidenciou que a trajetória educacional das pessoas surdas é marcada por desafios relacionados aos aspectos sociais, psicológicos e educacionais. Nesse contexto, o acesso à linguagem desde os primeiros anos de vida apresenta relevância para o desenvolvimento cognitivo, a construção da identidade, a interação social e a aprendizagem. A análise das normas mostrou que a educação bilíngue está assegurada em diferentes níveis do ordenamento jurídico, da Constituição Federal à Lei nº 14.191/2021, de modo que as dificuldades apontadas pela literatura decorrem menos da ausência de previsão legal do que da sua efetivação. Os resultados reforçam a importância de práticas pedagógicas inclusivas e bilíngues, que considerem as especificidades linguísticas e culturais das pessoas surdas nas diferentes etapas da vida.

Palavras-chave: Educação de criança surda; Educação de adolescente surdo; Educação de adultos surdos; Educação Bilingue; Direito à educação.

ABSTRACT

This study focuses on the educational process of deaf individuals across childhood, adolescence, and adulthood, and on the right to education that supports it. Its general objective was to analyze,

through a literature review, scientific publications addressing deafness during these life stages from the perspective of education and teaching, and to examine the Brazilian legal framework that guarantees the education of deaf people. The study is qualitative in nature, specifically a literature review complemented by a documentary analysis of legislation. The study demonstrated that the educational trajectory of deaf individuals is marked by challenges related to social, psychological, and educational aspects. In this context, access to language from the earliest years of life is crucial for cognitive development, identity formation, social interaction, and learning. The analysis of the legal norms showed that bilingual education is guaranteed at different levels of the legal system, from the Federal Constitution to Law No. 14,191/2021, so that the difficulties reported in the literature stem less from a lack of legal provision than from its implementation. The findings underscore the importance of inclusive and bilingual pedagogical practices that take into account the linguistic and cultural specificities of deaf individuals across different stages of life.

Keywords: Education of deaf children; Education of deaf adolescents; Education of deaf adults; Bilingual education; Right to education.

1. INTRODUÇÃO

A surdez constitui uma condição sensorial que impacta significativamente os processos de desenvolvimento humano, comunicação, aprendizagem e socialização. Ao longo da infância, adolescência e vida adulta, as experiências educacionais de pessoas surdas são atravessadas por fatores linguísticos, culturais, pedagógicos e sociais, que influenciam diretamente sua trajetória escolar e acadêmica.

No campo da educação, os debates contemporâneos têm enfatizado a importância de práticas pedagógicas inclusivas, bilíngues e culturalmente sensíveis, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua da pessoa surda e o português, na modalidade escrita, como segunda língua. Assim, compreender a surdez ao longo do ciclo vital, sob a ótica da educação e do ensino, torna-se fundamental para o aprimoramento das políticas públicas, da formação docente e das práticas pedagógicas.

Partindo dessa explanação, o estudo levanta o seguinte problema: Como a produção científica da área da educação tem abordado a surdez na infância, adolescência e vida adulta, considerando os processos de ensino e aprendizagem ao longo do ciclo vital? Diante disso, este artigo apresenta uma revisão bibliográfica que analisa a produção científica sobre a surdez na infância, adolescência e vida adulta, destacando seus impactos e especificidades no contexto educacional. De forma complementar, o estudo examina o marco normativo brasileiro que assegura o direito à educação das pessoas surdas, a fim de verificar em que medida as garantias previstas na legislação respondem às necessidades identificadas pela literatura em cada etapa da vida.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de ampliar a compreensão teórica sobre a educação de pessoas surdas em diferentes fases da vida, superando visões estereotipadas e limitação à educação infantil ou à escolarização inicial. A revisão bibliográfica permite identificar avanços, lacunas e desafios presentes nas pesquisas educacionais, contribuindo para o fortalecimento da educação inclusiva e bilíngue, para a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas voltadas a estudantes surdos,

para o embasamento teórico da formação inicial e continuada de professores e para a construção de políticas educacionais mais coerentes com as necessidades da comunidade surda.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão bibliográfica. A coleta de dados foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais que abordem a surdez na perspectiva educacional. As buscas ocorreram na base de dados Google Acadêmico. Foram utilizados descritores como: surdez, educação de surdos, ensino bilíngue, Libras, inclusão educacional, surdez na infância, surdez na adolescência e surdez na vida adulta. Para cada etapa da vida, realizou-se uma busca específica, com os descritores “educação de surdos na infância”, “educação de surdos na adolescência” e “educação de surdos na fase adulta”. Os critérios de inclusão foram publicações dos últimos 25 anos, em língua portuguesa, com foco na educação e no ensino. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura exploratória, analítica e interpretativa, organizando as publicações de acordo com o ano de publicação e os achados em categorias temáticas.

De forma complementar à revisão bibliográfica, realizou-se análise documental de natureza jurídica das normas que disciplinam a educação de pessoas surdas no Brasil. Foram examinados a Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com as alterações da Lei nº 14.191/2021, a Lei nº 10.436/2002, a Lei nº 12.319/2010, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e o Decreto nº 5.626/2005. Os

textos foram consultados nas publicações oficiais e analisados segundo três critérios: a posição da norma na hierarquia do ordenamento jurídico, o conteúdo do direito assegurado e os destinatários das obrigações previstas. Em seguida, os dispositivos foram confrontados com os achados da literatura para cada etapa da vida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Surdez na Infância e os Processos Iniciais de Escolarização

A busca com o descritor “educação de surdos na infância” resultou em dez publicações relevantes para este estudo, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. Pesquisas sobre educação de surdos na infância.

Autor(es)	Tipo de publicação	Pesquisa	Principal contribuição
Lacerda (2006)	Artigo científico	A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência	Focaliza uma experiência de inclusão escolar de alunos surdos do ensino fundamental, com faixa etária entre 10 e 12 anos, analisando depoimentos de alunos, professores e intérpretes.
Moreira (2007)	Artigo científico	O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da criança surda	Realiza uma reflexão concisa sobre a importância do fator linguístico no desenvolvimento cognitivo de crianças surdas.

Oliveira e Klein (2009)	Anais	A escola: ambiente social e educacional na aquisição da língua de sinais	Apresenta dados de uma pesquisa que mapeou a educação de surdos no Rio Grande do Sul, com foco nas dificuldades na aquisição da língua de sinais por crianças e jovens surdos.
Araújo e Lacerda (2010)	Artigo científico	Linguagem e desenho no desenvolvimento da criança surda: implicações histórico-culturais	Discute o desenho infantil como uma esfera sígnica visual que promove e facilita o processo de significação para a criança surda, especialmente aquelas com aquisição tardia de linguagem.
Fulber (2012)	Dissertação de mestrado	Cartografando com uma criança surda sua infância e suas experiências educacionais	Acompanha as experiências educacionais de uma criança surda em uma escola de surdos, uma escola infantil comum e no contexto familiar, utilizando o método da cartografia e noções dos estudos culturais e dos estudos surdos.
Silva (2017)	Artigo científico	Surdez e educação infantil: os desafios para a proposta educacional bilíngue no município de três lagoas, Mato Grosso do Sul	Discute a proposta educacional para alunos surdos na educação infantil, focando nas necessidades das crianças surdas inseridas no ensino comum, como o acesso à língua de sinais.

Machado e Teixeira (2019)	Artigo científico	A educação bilíngue para crianças surdas: surdez como experiência e infância como potência	Discute a educação bilíngue para crianças surdas, considerando a surdez como experiência e a infância como potencialidade.
Raugust e Marcello (2023)	Artigo científico	A criança surda como sujeito do olhar: infância e surdez nas pesquisas em educação	Debate como a infância, criança, surdez e experiência visual se configuram como temas de investigação na educação, analisando o olhar das crianças surdas e como sua experiência visual é produzida.
Sanches (2025)	Artigo científico	Adaptações pedagógicas para alunos com surdez na educação infantil	Analisa as adaptações pedagógicas necessárias para a inclusão de alunos surdos na educação infantil por meio de uma revisão sistemática da literatura.
Reis Silva et al. (2026)	Artigo científico	A inclusão de crianças surdas na educação infantil: práticas pedagógicas e desafios na construção de uma educação inclusiva	Analisa as práticas pedagógicas e os principais desafios enfrentados por professores e instituições na inclusão de crianças surdas na educação infantil.

Fonte: Autora, 2026.

A surdez na infância constitui uma condição relacionada à diminuição ou ausência da capacidade auditiva, podendo manifestar-se em diferentes níveis e influenciar o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e educacional da criança. Entretanto, as concepções contemporâneas sobre a surdez, especialmente no campo da educação, ultrapassam a visão estritamente clínica e reconhecem a criança surda como sujeito de direitos linguísticos e culturais, pertencente a uma comunidade que possui língua e identidade próprias. A partir dessas publicações, discute-se a educação de surdos na infância, em diálogo com autores como Quadros (1997), Skliar (1998) e Perlin (2016).

Dos dez estudos sobre educação de surdos na infância, três estudos discutem sobre a “aquisição da linguagem”, mas apenas um discute sobre o “desenvolvimento cognitivo” de crianças surdas, porém, o foco da pesquisa de Moreira (2007) é sobre a importância do fator linguístico de crianças surdas. Estudo de Moreira (2007, p. 01), faz uma reflexão sobre a importância das condição que influencia a aquisição da linguagem (fator linguístico) no desenvolvimento cognitivo de crianças surdas. Afirma que “as dificuldades geradas pelo atraso na linguagem envolvem todos os aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo”. Moreira (2007, p. 01), afirma que “as barreiras comunicativas criam uma incompreensão das estruturas mentais do surdo embora se saiba que a pessoa surda é capaz de ter um desenvolvimento cognitivo compatível e aprender habilidades como qualquer ouvinte”.

Outros dois trabalhos, discutem sobre aquisição da linguagem de crianças surdas. O estudo de Oliveira e Klein (2009) apresenta dados de uma pesquisa que mapeou a educação de surdos no Rio Grande

do Sul, com foco nas dificuldades na aquisição da língua de sinais por crianças e jovens surdos. Já o estudo de Araújo e Lacerda (2010) discute o desenho infantil como uma esfera sígnica visual (signos) que promove e facilita o processo de significação para a criança surda, especialmente aquelas com aquisição tardia de linguagem.

Do ponto de vista científico, os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento da linguagem e para a constituição das funções cognitivas superiores. Nesse sentido, a privação do acesso precoce a uma língua pode comprometer significativamente os processos de aprendizagem e interação social da criança surda. Estudos nas áreas da Linguística, Psicologia do Desenvolvimento e Educação demonstram que a criança surda com acesso precoce à Educação Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Português escrito), favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, contribuindo para a construção da identidade, da comunicação e da aprendizagem escolar.

Dos dez estudos, sete focam em “propostas educacionais” como práticas pedagógicas para crianças surdas e inclusão escolar. O estudo de Lacerda (2006), focaliza uma experiência de inclusão escolar de alunos surdos do ensino fundamental, com faixa etária entre 10 e 12 anos, analisando depoimentos de alunos, professores e intérpretes. Estudo de Fulber (2012), acompanha as experiências educacionais de uma criança surda em uma escola de surdos, uma escola infantil comum e no contexto familiar, utilizando o método da cartografia e noções dos estudos culturais e dos estudos surdos. A autora, problematiza a infância e a produção de identidades e da diferença surda, questionando o que é considerado "melhor para a criança surda" e a necessidade de deslocamentos no olhar para a infância surda.

Silva (2017), discute a proposta educacional para alunos surdos na educação infantil, focando nas necessidades das crianças surdas inseridas no ensino comum, como o acesso à língua de sinais. Evidencia os desafios para a implementação de uma proposta educacional bilíngue, notando o desconhecimento dos profissionais envolvidos sobre os principais pontos desse modelo.

Machado e Teixeira (2019), discute a educação bilíngue para crianças surdas, considerando a surdez como experiência e a infância como potencialidade. Raugust e Marcello (2023), debatem como a infância, criança, surdez e experiência visual se configuram como temas de investigação na educação, analisando o olhar das crianças surdas e como sua experiência visual é produzida. Sanches (2025), analisa as adaptações pedagógicas necessárias para a inclusão de alunos surdos na educação infantil por meio de uma revisão sistemática da literatura. Reis Silva et al. (2026) analisam as práticas pedagógicas e os principais desafios enfrentados por professores e instituições na inclusão de crianças surdas na educação infantil.

Araújo e Lacerda (2010, p. 697), reconhecem que as características linguísticas dos surdos, priorizam a Libras “para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e nos processos interlocutivos compreendidos em seus aspectos históricos e culturais, enfatiza-se a importância da experiência e vivência simbólica da criança surda”. Assim, a surdez na infância e os processos iniciais de escolarização devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva inclusiva, bilíngue e socioantropológica, na qual a garantia do acesso à língua, à comunicação e à educação de qualidade constitui elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança surda e para a efetivação de seus direitos educacionais e sociais.

3.2. Surdez na Adolescência: Identidade, Linguagem e Permanência Escolar

A busca com o descritor “educação de surdos na adolescência” resultou em dez publicações relevantes para este estudo (Quadro 2), das quais seis têm como tema principal “práticas pedagógicas e educação inclusiva”, três têm como tema principal “afeto na educação e resiliência” e uma trata de “políticas educacionais” na educação de adolescentes surdos.

Quadro 2. Pesquisas sobre educação de adolescentes surdos.

Autor(es)	Tipo de publicação	Pesquisa	Principal contribuição
Tartuci (2005)	Tese de doutorado	Re-significando o “ser professor”: discursos e práticas na educação de surdos	Examina a questão do "ser professora de surdo" e as práticas pedagógicas a partir de entrevistas com uma educadora ouvinte com longa experiência no ensino de surdos.
Silva (2008)	Dissertação de mestrado	Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticos as práticas pedagógicas	Examina as políticas educacionais e as práticas pedagógicas referentes ao ensino de língua portuguesa para alunos surdos em uma Escola Polo em Santa Catarina.
Franco (2013)	Dissertação de mestrado	O afeto na educação de adolescentes surdos: a relevância da interação docente-	Investiga a importância do afeto na educação de adolescentes surdos e surdas, buscando promover uma educação integral e

		estudante no espaço escolar	inclusiva no ambiente escolar.
Almeida (2013)	Anais	A utilização da pedagogia visual no ensino de alunos surdos: uma análise do processo de formação de conceitos científicos	Articula as ideias de Vygotsky sobre a aquisição e desenvolvimento de conceitos científicos em adolescentes surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), utilizando a Psicologia Histórico-Cultural como referencial teórico.
Silva (2014)	Dissertação de mestrado	Processos de escolarização no Distrito Federal: o que dizem os profissionais da escola sobre a inclusão de surdos	Investiga os posicionamentos de diretores, supervisores e professores sobre a inclusão e estratégias pedagógicas para estudantes surdos no ensino médio de uma escola pública do Distrito Federal.
Libório et al. (2015)	Artigo científico	Resiliência e processos protetivos de adolescentes com deficiência física e surdez incluídos em escolas regulares	Apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória realizada com quatro adolescentes, incluindo jovens surdos, inseridos em escolas regulares em cidades de São Paulo, analisando processos protetivos e resiliência.
Franco (2016)	Artigo científico	Educação inclusiva: a importância da interação no espaço escolar	Investiga a importância da interação afetiva entre o professor e o estudante surdo no

		entre docente e estudante surdo	contexto da educação inclusiva.
Ribeiro e Silva (2017)	Artigo científico	Trajetórias escolares de surdos: entre práticas pedagógicas e processos de desenvolvimento bicultural	Reflete sobre os processos de escolarização de um grupo de quatro sujeitos surdos, sendo que a maioria estava cursando ou já havia concluído o Ensino Médio e Superior.
Freitas e Simões (2022)	Artigo científico	Implementação do RESCUR com crianças e adolescentes surdos: Perceção de professores, pais e alunos sobre o impacto ao nível do bem-estar e das ...	Investigou a percepção de 37 crianças e adolescentes surdos, pais e professores sobre a implementação e adaptação do Currículo Europeu para a Resiliência (RESCUR).
Freitas (2023)	Tese de doutorado	Educar para a resiliência: um percurso com crianças e adolescentes surdos	Apresenta uma revisão compreensiva da literatura sobre resiliência em crianças e adolescentes surdos, fornecendo contexto teórico para a intervenção.

Fonte: Autora, 2026.

A surdez na adolescência constitui uma experiência atravessada por aspectos linguísticos, identitários, culturais, sociais e educacionais que influenciam diretamente o processo de escolarização e desenvolvimento do sujeito surdo. A adolescência representa uma fase marcada pela construção da identidade, pelo fortalecimento

das relações sociais e pela ampliação da autonomia. Para adolescentes surdos, esses processos estão profundamente relacionados ao acesso à linguagem, à comunicação e ao reconhecimento de sua condição linguística e cultural no ambiente escolar e social.

Do ponto de vista científico, os estudos da área dos Estudos Surdos e da Educação Bilíngue defendem que a surdez deve ser compreendida como uma diferença linguística e cultural. Para Franco (2013, p. 25), “a adolescência no contexto da surdez é um fator de diferenciação nesse processo. a adolescência é um momento de tensão, pois, nesse período, a surdez é novamente percebida em seus limites”. Nessa perspectiva socioantropológica, o sujeito surdo é reconhecido como pertencente a uma comunidade linguística específica, cuja principal forma de comunicação ocorre por meio da Língua Brasileira de Sinais. O acesso à língua de sinais é considerado elemento fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e identitário do adolescente surdo.

É na fase da adolescência que se constituem e fortalece da identidade do sujeito surdo. Ela ocorre por meio das experiências culturais, sociais e linguísticas vivenciadas pelos sujeitos surdos. Durante a adolescência, o contato com outros surdos, com a cultura surda e com a Libras contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a constituição de uma identidade positiva.

Segundo Perlin (2016), a identidade surda não é homogênea nem fixa, mas constitui-se de diferentes formas a partir das experiências linguísticas, culturais, sociais e educacionais vivenciadas pelos indivíduos surdos. Em sua obra, a autora identifica diferentes tipos de identidade, entre os quais se destacam: a “identidade surda”,

caracterizada pelo forte pertencimento à comunidade surda, pelo uso da Libras como primeira língua e pela valorização da cultura surda; a “identidade surda híbrida”, presente em pessoas que perderam a audição após a aquisição da língua oral e transitam entre elementos das culturas ouvinte e surda; a “identidade surda de transição”, observada em indivíduos que passaram por um processo de mudança da cultura ouvinte para a cultura surda, geralmente após o contato com a Libras e com outros surdos; a “identidade surda incompleta”, marcada pela influência predominante dos valores ouvintistas e pela limitada identificação com a comunidade surda; e a “identidade surda flutuante”, caracterizada pela oscilação entre os referenciais da cultura surda e da cultura ouvinte, sem um sentimento consolidado de pertencimento a nenhuma delas.

Quadro 3. Tipo de identidade surda de acordo com Perlin (2016).

Tipo de identidade surda	Características principais
Identidade Surda	Caracteriza-se pelo forte pertencimento à comunidade surda, pela valorização da cultura surda e pelo uso da Libras como primeira língua. O indivíduo reconhece a surdez como uma diferença linguística e cultural, e não como uma deficiência a ser corrigida. Geralmente participa de associações, eventos e movimentos da comunidade surda.
Identidade Surda Híbrida	Desenvolve-se em pessoas que adquiriram a língua oral antes da perda auditiva ou que se tornaram surdas após a aquisição da linguagem. Esses sujeitos transitam entre a cultura ouvinte e a cultura surda, utilizando diferentes formas de comunicação e construindo uma identidade influenciada por ambas as experiências.
Identidade Surda de	Ocorre em indivíduos que cresceram inseridos predominantemente na cultura ouvinte, muitas vezes

Transição	sem acesso à Libras, mas que posteriormente entram em contato com a comunidade surda. A identidade passa por um processo de reconstrução, marcado pela descoberta da Libras, da cultura surda e do sentimento de pertencimento ao grupo.
Identidade Surda Incompleta	Caracteriza-se pela forte influência da cultura ouvinte e pela pouca identificação com a comunidade surda. Frequentemente, o indivíduo internaliza concepções ouvintistas da surdez, priorizando a oralização e apresentando reduzido contato com a Libras e com outros surdos.
Identidade Surda Flutuante	Refere-se aos sujeitos que oscilam entre a cultura ouvinte e a cultura surda, sem estabelecer um sentimento consolidado de pertencimento a nenhuma delas. Essa condição pode resultar de experiências educacionais, familiares ou sociais marcadas por conflitos identitários e dificuldades de inserção em ambos os grupos.

Fonte: Autora, 2026.

Para Perlin (2016), essas identidades são construções dinâmicas, influenciadas pelas relações sociais, familiares, educacionais e culturais, evidenciando que a surdez deve ser compreendida para além da perspectiva biológica, como uma experiência sociocultural e linguística. Nesse contexto, pesquisadores como Skliar (1998) destacam que a identidade surda é construída nas relações sociais e culturais estabelecidas dentro da comunidade surda, valorizando as experiências visuais e a língua de sinais como elementos centrais da subjetividade do sujeito surdo.

Franco (2013, p. 33), afirma que “o estudante adolescente surdo (surda) necessita do afago, do aconchego e do carinho que a relação com o professorado pode lhe proporcionar na aprendizagem e na relação com as pessoas ouvintes”. Constatou que o afeto minimiza a barreira da falta de comunicação entre docentes e estudantes

devido ao não uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pelos professores.

A pesquisa de Libório et al. (2015), com foco na qualidade dos relacionamentos entre adolescentes surdos, afirma que são essenciais os aspectos relativos aos processos de resiliência de adolescentes surdos, como a qualidade dos relacionamentos interpessoais com colegas e profissionais da educação, especialmente professores intérpretes.

No âmbito educacional, a garantia do direito à linguagem e à educação bilíngue encontra respaldo na legislação brasileira. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil. Posteriormente, o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou essa legislação e estabeleceu diretrizes para a educação de surdos, determinando a oferta da educação bilíngue, com a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua (L2).

A legislação brasileira assegura ainda que os sistemas de ensino devem promover condições adequadas de acessibilidade linguística e pedagógica para estudantes surdos, incluindo: presença de intérpretes de Libras, formação de professores bilíngues, materiais didáticos acessíveis, Atendimento Educacional Especializado (AEE), práticas pedagógicas inclusivas e a valorização da cultura e identidade surda. Nesse contexto, Silva (2008, p. 81), nos seus estudos sobre a observação das aulas de língua portuguesa em turmas que incluíam alunos surdos no nível médio, “revelou que uma inclusão escolar de surdos de qualidade seria aquela onde o professor bilíngue estivesse presente em todas as disciplinas, em

classes em língua de sinais onde os saberes surdos são evidenciados".

No contexto da adolescência, tais medidas são fundamentais para garantir a permanência escolar dos estudantes surdos. A ausência de acessibilidade comunicacional, a dificuldade de interação social e a falta de práticas pedagógicas adequadas podem contribuir para processos de exclusão, evasão escolar e baixo desempenho acadêmico. Em contrapartida, ambientes educacionais bilíngues e inclusivos favorecem o desenvolvimento da autonomia, da aprendizagem e da participação social dos adolescentes surdos.

3.3. Surdez na Vida Adulta: Educação, Formação Profissional e Ensino Superior

A busca com o descritor "educação de surdos na fase adulta" resultou em nove publicações relevantes para este estudo (Quadro 4). A análise desses estudos evidencia que as pesquisas sobre a educação de jovens e adultos surdos concentram-se em cinco eixos principais "Educação bilíngue (Libras–Português)" dos autores Lodi (2006); Martins e Lins (2015); Favorito (2006), "Formação de professores" dos autores Farias (2021); Melro e César (2010), "Tecnologias e recursos didáticos" dos autores Martins e Lins (2015); Amaro (2023); Vieira, Ceia e Oliveira (2026), "Pedagogia Visual e Multiletramentos" por Santos (2024); Amaro (2023) e "inclusão, acesso e permanência na EJA" nos estudos de Farias e Faria (2025); Melro e César (2010); Favorito (2006).

Quadro 4. Pesquisas sobre educação de adultos surdos.

Autor(es)	Tipo de publicação	Pesquisa	Principal contribuição

Martins e Lins (2015)	Artigo científico	Tecnologia e educação de surdos: possibilidades de intervenção	Analisa o potencial das tecnologias digitais na educação bilíngue de surdos, destacando o uso de tablets e objetos de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) como recursos para o ensino de Português e para o letramento em perspectiva bilíngue.
Lodi (2006)	Artigo científico	Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos	Investiga práticas de leitura de adultos surdos em Língua Portuguesa mediadas pela Libras, demonstrando que a interação em Libras fortalece o reconhecimento dos participantes como leitores e evidencia a importância da educação bilíngue.
Farias (2021)	Dissertação de Mestrado	Formação de professores para a educação de jovens e adultos surdos: proposições formativas no CAS Wilson Lins	Identifica necessidades formativas de professores da EJA para surdos e propõe um plano de formação continuada voltado à qualificação das práticas pedagógicas e à melhoria do ensino bilíngue.
Santos (2024)	Dissertação de Mestrado	Pedagogia visual e multiletramentos como elementos de formação cidadã na	Propõe a Pedagogia Visual e os Multiletramentos como fundamentos para um desenho didático voltado à formação

		educação de jovens, adultos e idosos surdos e surdas	cidadã de jovens, adultos e idosos surdos, evidenciando a necessidade de metodologias específicas para esse público.
Amaro (2023)	Dissertação de Mestrado	Materiais didáticos e formação profissional para jovens e adultos surdos: uma análise baseada na Gramática do Design Visual	Analisa materiais didáticos utilizados no PROEJA, evidenciando a importância da Gramática do Design Visual, da Libras e da organização visual dos materiais para favorecer a acessibilidade linguística e a aprendizagem.
Melro e César (2010)	Artigo científico	Educação inclusiva: desafios à profissionalidade docente e às aprendizagens dos alunos Surdos	Analisa experiências de estudantes surdos adultos no ensino secundário português, apontando desafios relacionados à inclusão escolar, à formação docente e à distância entre as políticas inclusivas e sua implementação na prática.

Favorito (2006)	Tese de Doutorado	"O difícil são as palavras": representações de/sobre estabelecidos e outsiders na escolarização de jovens e adultos surdos	Analisa os conflitos linguísticos entre Libras e Português na EJA do INES, demonstrando como as relações de poder e identidade influenciam as práticas pedagógicas e o processo de escolarização de adultos surdos.
Farias e Faria (2025)	Artigo científico	Educação de Jovens e Adultos surdos em Salvador	Investiga os desafios de acesso, permanência e inclusão de estudantes surdos na EJA em Salvador, evidenciando a dupla exclusão decorrente das barreiras comunicacionais e da insuficiente formação de professores em Libras.
Vieira, Ceia e Oliveira (2026)	Artigo científico	Práticas pedagógicas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação de Jovens e Adultos: o Jogo das Emoções	Desenvolve e analisa materiais didáticos inclusivos para estudantes surdos na Educação Profissional e no PROEJA, utilizando recursos lúdicos para favorecer o desenvolvimento socioemocional, o ensino da Libras e da Língua Portuguesa escrita.

Fonte: Autora, 2026.

A surdez na vida adulta envolve dimensões educacionais, profissionais, linguísticas, sociais e culturais que influenciam

diretamente os processos de inclusão, formação acadêmica e participação social das pessoas surdas. Na fase adulta, o acesso à educação e à formação profissional constitui elemento fundamental para a autonomia, o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho. Entretanto, historicamente, pessoas surdas enfrentaram barreiras comunicacionais, preconceitos e limitações no acesso aos diferentes níveis de ensino, especialmente na educação profissional e no ensino superior.

Pesquisas em educação de surdos adultos, são focadas na defasagem escolar e profissionalização. Nesse contexto, a pesquisa de Martins e Lins (2015), evidenciou que o uso de tablets e suas implicações nas práticas pedagógicas na área de Português para surdos e ouvintes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi eficiente para alfabetização e letramento de adultos surdos. Lodi (2006), utilizou nove oficinas de leitura com sete adultos surdos, com idades entre 21 e 32 anos, para realizar o trabalho de campo da pesquisa. Evidenciou que a Libras, ao ser utilizada como espaço bilíngue e meio de interação, possibilitou que os sujeitos surdos se reconhecessem como leitores, reforçando a importância da educação bilíngue.

As concepções contemporâneas sobre a surdez, fundamentadas na perspectiva socioantropológica, compreendem a pessoa surda não apenas como sujeito com deficiência auditiva, mas como integrante de uma comunidade linguística e cultural específica, cuja principal forma de comunicação ocorre por meio da Língua Brasileira de Sinais. Essa perspectiva reconhece a surdez como diferença linguística e cultural, valorizando as experiências visuais e os direitos linguísticos da população surda.

No contexto educacional das políticas públicas, o Decreto nº 5.626/2005 prevê que instituições de ensino superior e cursos de educação profissional devem assegurar a presença de intérpretes de Libras, formação de professores para atuação com estudantes surdos, acessibilidade comunicacional, adaptação de materiais didáticos, uso de recursos tecnológicos acessíveis e garantia da educação bilíngue (Brasil, 2005). Apesar do avanço de legislações sobre educação de surdos, em seus estudos, Farias (2021), identifica as necessidades formativas dos professores da EJA Surdos para embasar a criação de um plano de ação de formação continuada. Evidenciando que existe a escassez de políticas públicas e formação para professores da EJA Surdos, o que dificulta a construção de uma prática pedagógica consistente e efetiva. Na pesquisa de Amaro (2023), afirma que a inclusão de estudantes surdos no Proeja gera desafios político-pedagógicos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional Tecnológica (EPT) e Educação.

Na vida adulta, a formação profissional representa importante instrumento de inclusão social e independência econômica. Nesse sentido, o acesso de pessoas surdas à educação profissional e tecnológica deve considerar suas especificidades linguísticas e culturais, garantindo metodologias acessíveis e ambientes inclusivos. A ausência de acessibilidade em cursos técnicos, profissionalizantes e universitários pode comprometer o desempenho acadêmico, dificultar a permanência e ampliar desigualdades educacionais.

3.4. Marco Normativo do Direito à Educação das Pessoas Surdas: Análise Jurídica

Além da produção científica, foram analisadas as normas que estruturam o direito à educação das pessoas surdas no Brasil. O Quadro 5 organiza essas normas segundo sua posição no ordenamento jurídico, da Constituição Federal ao decreto regulamentar, com os dispositivos de maior relevância para o tema.

Quadro 5. Normas que estruturam o direito à educação das pessoas surdas no Brasil.

Norma	Posição no ordenamento	Dispositivos	Conteúdo relevante para a educação de surdos
Constituição Federal de 1988	Norma constitucional	Arts. 205; 206, I; 208, III	Educação como direito de todos; igualdade de condições para acesso e permanência; atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009)	Equivalente a emenda constitucional (art. 5º, § 3º, da Constituição)	Art. 24	Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida; aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; professores habilitados em língua de sinais.
Lei nº 9.394/1996 (LDB), com a redação da Lei nº 14.191/2021	Lei ordinária	Arts. 3º, XIV; 60-A; 60-B; 78-A; 79-C	Educação bilíngue de surdos como modalidade de educação escolar, do zero ano ao longo da

			vida; materiais didáticos e professores bilíngues; apoio técnico e financeiro da União.
Lei nº 10.436/2002	Lei ordinária	Arts. 1º e 4º	Reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão; ensino de Libras na formação de professores; Libras não substitui o português escrito.
Lei nº 12.319/2010	Lei ordinária	Integral	Regulamentação da profissão de tradutor e intérprete da Libras.
Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão)	Lei ordinária	Arts. 27; 28, IV, XI, XII e § 2º	Sistema educacional inclusivo em todos os níveis; oferta de educação bilíngue; tradutores e intérpretes e sua formação mínima; ensino da Libras.
Decreto nº 5.626/2005	Decreto regulamentar	Arts. 2º; 3º; 14; 22; 23	Definição de pessoa surda; Libras como disciplina obrigatória nas licenciaturas e em Fonoaudiologia; escolas e classes bilíngues; tradutor e intérprete em sala de aula.

Fonte: Autora, 2026, com base na legislação citada.

No plano constitucional, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205), fixa como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e impõe ao Estado o

dever de garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III) (Brasil, 1988). A esse núcleo soma-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Congresso Nacional segundo o procedimento do art. 5º, § 3º, da Constituição e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, o que lhe confere equivalência de emenda constitucional. Seu art. 24 obriga os Estados Partes a assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, a facilitar o aprendizado da língua de sinais, a promover a identidade linguística da comunidade surda e a empregar professores habilitados em língua de sinais (Brasil, 2009). Do ponto de vista jurídico, isso significa que a educação em língua de sinais não é mera opção de política pública: tem fundamento de estatura constitucional e serve de parâmetro para a interpretação das demais normas.

No plano legal, a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão e determina a inclusão do seu ensino nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério. A mesma lei dispõe que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (Brasil, 2002), regra que constitui a base normativa do modelo bilíngue. A Lei nº 13.146/2015 afirma a educação como direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida (art. 27), e incumbe ao poder público a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (art. 28, IV), além da formação e disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras (art. 28, XI) e da oferta de ensino da Libras (art. 28, XII). A lei fixa ainda a formação mínima desses

profissionais: ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras para atuação na educação básica, e nível superior para atuação na graduação e na pós-graduação (art. 28, § 2º) (Brasil, 2015). A profissão de tradutor e intérprete da Libras, por sua vez, é regulamentada pela Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010).

A alteração mais recente decorre da Lei nº 14.191/2021, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A lei incluiu entre os princípios do ensino o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (art. 3º, XIV) e criou um capítulo próprio para a educação bilíngue de surdos, definida como modalidade de educação escolar oferecida em Libras, como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou polos de educação bilíngue (art. 60-A). A oferta deve ter início ao zero ano, na educação infantil, e estender-se ao longo da vida (art. 60-A, § 2º), sem prejuízo da matrícula em escolas e classes regulares, conforme a opção do estudante ou de seus responsáveis (art. 60-A, § 3º). A lei assegura também materiais didáticos e professores bilíngues com formação em nível superior (art. 60-B) e prevê o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas de ensino, alcançando a educação superior (art. 79-C) (Brasil, 1996; Brasil, 2021). Em termos jurídicos, a educação bilíngue deixa de ser tratada apenas como recurso de acessibilidade no interior da educação especial e passa a constituir modalidade autônoma de ensino, com regime próprio.

No plano regulamentar, o Decreto nº 5.626/2005 define a pessoa surda como aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras (art. 2º),

definição que se afasta de uma concepção exclusivamente clínica da surdez. O decreto torna a Libras disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia e optativa nos demais cursos superiores (art. 3º), prevê escolas e classes de educação bilíngue (art. 22) e a presença de tradutor e intérprete em sala de aula (art. 23) (Brasil, 2005). A leitura do texto revela, contudo, um limite de alcance: os arts. 14, 22 e 23 dirigem suas obrigações às instituições federais de ensino, ao passo que, para as instituições privadas e para as redes estaduais e municipais, o decreto adota fórmula menos cogente, prevendo que busquem implementar as mesmas medidas. Como a maior parte das matrículas da educação básica está nas redes estaduais e municipais, esse desenho ajuda a compreender por que a efetivação das garantias foi desigual, lacuna que as Leis nº 13.146/2015 e nº 14.191/2021 vieram reduzir ao impor deveres ao poder público e aos sistemas de ensino em geral.

O confronto entre as normas e a literatura revisada permite observar a correspondência entre o direito assegurado e as necessidades de cada etapa da vida. Na infância, a previsão de oferta da educação bilíngue desde o zero ano (art. 60-A, § 2º, da LDB) converge com os estudos que apontam a aquisição precoce da língua de sinais como condição para o desenvolvimento cognitivo e social da criança surda; ainda assim, pesquisas como a de Silva (2017) registram dificuldades de implantação da proposta bilíngue na educação infantil das redes municipais. Na adolescência, a garantia de permanência na escola (art. 206, I, da Constituição), a disponibilização de intérpretes (art. 28, XI, da Lei nº 13.146/2015) e a promoção da identidade linguística da comunidade surda (art. 24 da Convenção e art. 3º, XIV, da LDB) dão respaldo jurídico aos achados sobre identidade, interação e permanência escolar. Na vida adulta, a expressão “ao longo da vida”, presente na Convenção, na Lei nº 13.146/2015 e na LDB, alcança a

Educação de Jovens e Adultos, a educação profissional e o ensino superior, mas a escassez de políticas e de formação docente para a EJA de surdos identificada por Farias (2021) indica que essa garantia ainda não se converteu plenamente em oferta.

Em síntese, a análise jurídica indica que o ordenamento brasileiro reconhece, em diferentes níveis hierárquicos, o direito da pessoa surda a uma educação bilíngue, da educação infantil ao ensino superior. Os desafios descritos pela literatura decorrem, portanto, menos da ausência de norma do que de sua efetividade, que depende de formação de professores bilíngues, de disponibilidade de intérpretes, de materiais didáticos acessíveis e de financiamento. A articulação entre os campos da Educação e do Direito mostra-se necessária tanto para orientar as práticas pedagógicas quanto para dar exigibilidade às garantias já previstas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão permitiu reconhecer que os desafios sociais, psicológicos e educacionais vividos por pessoas surdas se manifestam de modo distinto em cada etapa da vida. Na infância, os estudos analisados convergem ao apontar o acesso precoce à Libras como condição para o desenvolvimento cognitivo e linguístico; na adolescência, destacam a construção da identidade surda, a interação com professores e colegas e a permanência escolar; na vida adulta, evidenciam a defasagem escolar, a escassez de formação docente para a EJA de surdos e a necessidade de metodologias visuais na educação profissional. Em todas as etapas, a qualidade do percurso escolar depende de práticas pedagógicas bilíngues e culturalmente sensíveis, fundamentadas no respeito aos

direitos linguísticos, à diversidade humana e à equidade educacional.

A análise do marco normativo acrescenta que a educação bilíngue de surdos está assegurada pela Constituição Federal, pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Lei nº 10.436/2002, pela Lei nº 13.146/2015 e, desde a Lei nº 14.191/2021, pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como modalidade de ensino que se inicia na educação infantil e se estende ao longo da vida. O desafio que permanece é de efetividade: converter as garantias legais em oferta concreta de escolas e classes bilíngues, professores e intérpretes qualificados e materiais acessíveis. Estudos futuros podem aprofundar essa interface entre Educação e Direito, examinando a implementação da Lei nº 14.191/2021 pelos sistemas de ensino e os meios de exigibilidade desse direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Simone D. Avila. A utilização da pedagogia visual no ensino de alunos surdos: uma análise do processo de formação de conceitos científicos. **Anais...** In: VIII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial. Londrina, p. 3626-3636, 2013.

AMARO, Ana Caroline Chaves Manso. **Materiais didáticos e formação profissional para jovens e adultos surdos:** uma análise baseada na Gramática do Design Visual. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

ARAÚJO, Claudia Campos Machado; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Linguagem e desenho no desenvolvimento da criança surda: implicações histórico-culturais. **Psicologia em Estudo,** v. 15, n. 4, p. 695-703, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

FARIAS, Marcela de Souza; FARIA, Juliana Guimarães. Educação de Jovens e Adultos surdos em Salvador. **Plurais – Revista Multidisciplinar,** Salvador, v. 10, n. esp. 1, e025015, 2025.

FARIAS, Marcela de Souza. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos surdos: proposições formativas no CAS Wilson Lins.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Departamento de Educação, Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

FAVORITO, Wilma. **"O difícil são as palavras":** representações de/sobre estabelecidos e outsiders na escolarização de jovens e adultos surdos. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FRANCO, Elisângela de Carvalho. Educação inclusiva: a importância da interação no espaço escolar entre docente e estudante surdo. **Nuances: estudos sobre Educação,** v. 27, n. 1, p. 247-263, 2016.

FRANCO, Elisângela de Carvalho. **O afeto na educação de adolescentes surdos: a relevância da interação docente-estudante no espaço escolar.** 100f. Dissertação de mestrado

(Programa de pós-graduação em Teologia), Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2013.

FREITAS, Eunice de Jesus Ferreira Leite Fernandes. **Educar para a resiliência:** um percurso com crianças e adolescentes surdos. 2023. 150 f. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade de Educação Especial) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

FREITAS, Eunice; SIMÕES, Celeste. Implementação do RESCUR com crianças e adolescentes surdos: Perceção de professores, pais e alunos sobre o impacto ao nível do bem-estar e das aprendizagens. **Revista Portuguesa de Educação,** v. 35, n. 2, p. 378-401, 2022.

FULBER, Graziele Gonçalves. **Cartografando com uma criança surda sua infância e suas experiências** educacionais. 104 f. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes,** v. 26, p. 163-184, 2006.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra et al. Resiliência e processos protetivos de adolescentes com deficiência física e surdez incluídos em escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial,** v. 21, n. 2, p. 185-198, 2015.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos. **Distúrbios da Comunicação,** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 185-197, ago. 2006.

MACHADO, Lucyenne Matos; TEIXEIRA, Keila Cardoso. A educação bilíngue para crianças surdas: surdez como experiência e infância como potência. **Educação e Fronteiras,** v. 9, n. 27, p. 59-68, 2019.

MARTINS, Lívia Maria Ninci; LINS, Heloísa Andreia de Matos. Tecnologia e educação de surdos: possibilidades de intervenção. **Nuances: estudos sobre Educação,** Presidente Prudente, v. 26, n. 2, p. 188-206, maio/ago. 2015.

MELRO, Joaquim; CÉSAR, Margarida. Educação inclusiva: desafios à profissionalidade docente e às aprendizagens dos alunos Surdos. **Análise Psicológica,** v. 28, n. 1, p. 119-132, 2010.

MOREIRA, Patrícia Aparecida Leite. O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da criança surda. **Revista virtual de cultura surda e diversidade,** 2007.

OLIVEIRA, Daniela Marques de; KLEIN, Madalena. A Escola: ambiente social e educacional na aquisição da Língua de Sinais. **Anais...** In: XVIII CIC / XI ENPOS / I Mostra Científica – UFPel Universidade Federal de Pelotas, 2009.

PERLIN, Gládis. O lugar da cultura surda. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 73-82.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAUGUST, Mayara Bataglin; MARCELLO, Fabiana de Amorim. A Criança Surda como Sujeito do Olhar: Infância e Surdez nas

Pesquisas em Educação. **Revista Brasileira de Educação Especial,** v. 29, p. e0154, 2023.

REIS SILVA, Adriana et al. A inclusão de crianças surdas na educação infantil: práticas pedagógicas e desafios na construção de uma educação inclusiva. **Aurum Revista Multidisciplinar,** v. 2, n. 6, p. 1-13, 2026.

RIBEIRO, Camila Brito; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Trajetórias escolares de surdos: entre práticas pedagógicas e processos de desenvolvimento bicultural. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** v. 33, p. e3339, 2017.

SANCHES, Carolline Delfino. Adaptações pedagógicas para alunos com surdez na Educação Infantil. **Educação: Teoria e Prática,** v. 35, n. 69, 2025.

SANTOS, Joneis Canedo de Santana dos. **Pedagogia Visual e Multiletramentos como Elementos de Formação Cidadã na Educação de Jovens, Adultos e Idosos Surdos e Surdas.** 2024. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2024.

SILVA, Carine Mendes da. **Processos de escolarização no Distrito Federal: o que dizem os profissionais da escola sobre a inclusão de surdos.** 84f. Dissertação de Mestrado (pós-graduação em Processos e Desenvolvimento Humano e Saúde), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

SILVA, Sheyla Cristina Araujo Matoso. Surdez e Educação Infantil: Os desafios para a proposta educacional bilíngue no município de Três

Lagoas, Mato Grosso do Sul. **Educação e Fronteiras,** v. 7, n. 19, p. 58-70, 2017.

SILVA, Simone Gonçalves de Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticos as práticas pedagógicas.** 121f. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

TARTUCI, Dulcéria. **Re-significando o "ser-professor":** discursos e práticas na educação de surdos. 2005. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.

VIEIRA, Cristiane Barbosa Marinho; CEIA, Lucas Clementino de; OLIVEIRA, Nathalia Rosa de. **Práticas pedagógicas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação de Jovens e Adultos:** o Jogo das Emoções para estudantes surdos. Cristalina, GO: Instituto Federal Goiano, 2026.

---

[1] Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Psicóloga, graduada pelo Centro Universitário Tiradentes (Unit/AL). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Graduado em Engenharia Elétrica. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[7] Discente do Curso de Engenharia de Computação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail